



Caminhos
metodológicos para o

Letramento antirracista:

REFLEXÕES E PRÁTICAS



Rodrigo Leite da Silva
Sonia Maria Soares Rodrigues Pereira

© Copyright 2026. Centro Universitário São Camilo.
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Caminhos metodológicos para o letramento antirracista: reflexões e práticas.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO

Reitor e Diretor Administrativo

Anísio Baldessin

Diretora Acadêmica

Celina Camargo Bartalotti

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenadora editorial

Bruna San Gregório

Analista editorial

Cintia Machado dos Santos

Assistente editorial

Bruna Diseró

Autores

Rodrigo Leite da Silva

Sonia Maria Soares Rodrigues Pereira

S583

Silva, Rodrigo Leite da
Caminhos metodológicos para o letramento antirracista: reflexões e práticas /
Rodrigo Leite da Silva, Sonia Maria Soares Rodrigues Pereira . -- São Paulo: Setor
de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2026.
55 p.

ISBN 978-65-84146-12-9

1. Multiculturalismo 2. Diversidade etnicorracial 3. Letramento antirracista I. Pereira, Sonia Maria Soares Rodrigues II. Título

CDD: 306.446

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ana Lucia Pitta - CRB 8/9316





Apresentação

Este *e-book* é fruto de uma proposta pedagógica investigativa que articula teoria e prática na construção de uma educação crítica, inclusiva e transformadora. Ao longo do desenvolvimento do projeto, os discentes foram instigados a pesquisar, refletir e criar materiais autorais com a intencionalidade de provocar mudanças, ampliar perspectivas e fomentar novos sentidos para a aprendizagem. Sua elaboração parte da compreensão de que o racismo, em suas múltiplas dimensões (estrutural, institucional, cultural e subjetiva), constitui um dos principais desafios contemporâneos à efetivação de sociedades mais justas e democráticas. Nesse sentido, o letramento antirracista é aqui apresentado não apenas como conceito teórico, mas como um processo contínuo de formação ética, política e cidadã.

O material organiza-se em capítulos que dialogam com autores de referência, abordando desde os fundamentos do letramento antirracista até sua materialização em práticas educativas inovadoras. São explorados conceitos como racismo estrutural, necropolítica, lugar de fala, epistemologias decoloniais e americanidade, sempre associados a estratégias metodológicas que integram sensibilização, desconstrução e ação transformadora. Além disso, o *e-book* apresenta experiências práticas desenvolvidas em eventos acadêmicos e coletivos formativos, destacando o protagonismo discente e o compromisso institucional com a promoção da equidade racial.

Este *e-book* oferece aos leitores não apenas análises críticas, como também instrumentos pedagógicos aplicáveis em diferentes contextos, como cartilhas, oficinas, debates, exposições, e campanhas educativas. As cartilhas representam um dos principais destaques deste material, sendo que sete foram selecionadas para fins de ilustração. Estas estão com links disponíveis para acesso na íntegra e acompanhadas de suas respectivas análises no Quadro 4, presente neste *e-book*, o que amplia o acesso às produções resultantes.

A proposta, portanto, é que este *e-book* se configure como um guia de referência para docentes, estudantes e pesquisadores interessados em integrar o letramento antirracista a currículos, projetos de pesquisa e práticas sociais. Mais do que um texto, trata-se de um convite à ação: destacar, reconhecer, resistir e transformar as estruturas que sustentam o racismo, reafirmando o compromisso coletivo com a justiça social e a valorização da diversidade.

Sumário

Capítulo 1

1.	Fundamentos do letramento antirracista	06
1.1.	Definição e conceitos-chave	07
1.2.	Racismo estrutural e dinâmicas de poder	11
1.2.1.	A produção do racismo como estrutura de poder via Frantz Fanon	15
1.3.	A importância da educação crítica para a promoção da equidade racial	18

Capítulo 2

2.	Trilhas do letramento antirracista: uma abordagem metodológica	21
2.1.	O evento como ponto de partida: objetivos e estrutura	22
2.1.1.	Sensibilização: despertar da consciência crítica	24
2.1.2.	Desconstrução: revisão crítica e ruptura com paradigmas	25
2.1.3.	Ação transformadora: protagonismo discente e impacto social	25
2.1.4.	Cartilhas como ferramentas de letramento antirracista: entre teoria e prática	26
2.1.5.	Mapeamento de como cada cartilha se encaixa na organização da sequência didática para a desconstrução de narrativas racistas	26
2.2.	As cartilhas e sua aplicabilidade metodológica no escopo do letramento antirracista	35
2.2.1.	Função formativa	35
2.2.2.	Função multiplicadora	36
2.2.3.	Função avaliativa-reflexiva	37
2.3.	Estratégias pedagógicas para a desconstrução de narrativas racistas e exemplos de atividades e práticas aplicáveis em contextos educacionais	37
2.4.	O que se mobiliza por meio da sequência didática explorada?	38

Capítulo 3

3.	Educação antirracista na prática acadêmica	39
3.1.	Integração do letramento antirracista em currículos e projetos de pesquisa	40
3.2.	Ferramentas pedagógicas para a análise crítica e a intervenção educacional	44
4.	Exemplos de iniciativas e projetos externos para a promoção da equidade racial	48

Considerações finais	51
----------------------------	----

Sobre os autores	53
------------------------	----

Referências	54
-------------------	----



1

*Fundamentos do letramento
antirracista*

Capítulo 1

Fundamentos do letramento antirracista

O racismo, em suas múltiplas expressões, constitui um dos maiores desafios contemporâneos à construção de sociedades democráticas e justas. No Brasil, marcado por uma história de escravização, colonização e desigualdade social, a luta contra a discriminação racial ainda se apresenta como tarefa urgente e inadiável. Nesse contexto, o letramento antirracista surge como um instrumento teórico e prático indispensável para compreender e enfrentar as dinâmicas de poder que perpetuam a exclusão e a marginalização de grupos racializados.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo apresentar os fundamentos do letramento antirracista, destacando seus conceitos-chave, suas bases teóricas e sua relevância no enfrentamento do racismo estrutural. O texto se organiza em três eixos centrais: a definição e os conceitos que sustentam a proposta; a compreensão das dinâmicas de poder que estruturam o racismo; e a importância da educação crítica como caminho para a promoção da equidade racial.

1.1. Definição e conceitos-chave

O termo letramento antirracista não se limita à capacidade de identificar manifestações de preconceito. Também se refere a um processo mais amplo, que envolve formação crítica, consciência social e ação transformadora. Segundo Ribeiro (2017), pensar em termos de letramento antirracista significa deslocar a percepção sobre privilégios e desigualdades, reconhecendo como o racismo estrutura as relações sociais, políticas e econômicas.

A autora introduz a noção de que todos os sujeitos estão inseridos em relações de poder determinadas por gênero, raça, classe e outras categorias sociais. Dessa forma, reconhecer o lugar de fala não significa restringir a expressão de determinados grupos, mas compreender que experiências históricas e sociais influenciam diretamente as formas de produzir conhecimento. Essa percepção é um primeiro passo para o letramento antirracista, pois desmonta a falsa universalidade de discursos neutros ou supostamente objetivos.

Nesse contexto, constata-se que não existe neutralidade, pois nossas posições de gênero, raça, classe, sexualidade e território moldam as formas como compreendemos o mundo e somos compreendidos nele. Essa constatação é fundamental para o letramento antirracista, pois rompe com a ideia de que apenas experiências universais (geralmente as da branquitude) têm legitimidade como conhecimento válido.



A autora também ressalta que o conceito de “lugar de fala” não significa restringir a fala de determinados grupos ou impor silenciamento, mas, sim, reconhecer a assimetria de poder na produção discursiva. Historicamente, pessoas negras, indígenas e outros grupos marginalizados tiveram suas vozes silenciadas ou deslegitimadas. O letramento antirracista, portanto, passa pela capacidade de ouvir e valorizar essas vozes, questionando o monopólio discursivo construído pela colonialidade.

Outro ponto crucial destacado pela autora é que reconhecer o lugar de fala implica desnaturalizar privilégios. A branquitude, muitas vezes, não se percebe como racializada e se coloca como padrão neutro de humanidade. O exercício de letramento antirracista, nesse âmbito, exige que sujeitos brancos compreendam que sua posição social está sustentada em privilégios históricos, e que assumir essa consciência é condição para uma prática ética e transformadora.

Além disso, Ribeiro (2017) sublinha que o lugar de fala não é apenas sobre quem fala, mas também sobre como as estruturas possibilitam ou negam o acesso à escuta e ao reconhecimento. O letramento antirracista, então, envolve criar condições para que saberes historicamente subalternizados circulem e sejam legitimados em diferentes espaços, da academia às políticas públicas, das mídias à escola.

Por fim, a autora aponta que o reconhecimento dos lugares de fala deve servir de base para ampliar os horizontes democráticos. Se todos produzem conhecimento a partir de suas experiências, cabe às práticas pedagógicas e sociais fomentar diálogos nos quais diferentes vozes sejam consideradas, sem hierarquias que inferiorizem ou invisibilizem. Essa perspectiva converge diretamente com a proposta de uma educação crítica antirracista: formar sujeitos capazes de perceber essas relações de poder e de intervir para promover justiça social.

Ao refletir sobre o processo de letramento antirracista, é necessário destacar outra contribuição de Ribeiro (2019), na qual a autora sistematiza um conjunto de orientações práticas para o enfrentamento do racismo. Diferentemente de abordagens meramente conceituais, ela traduz reflexões filosóficas e políticas em passos concretos, acessíveis e aplicáveis no cotidiano. Essa proposta representa uma pedagogia crítica, que articula teoria e prática, possibilitando tanto a autorreflexão individual quanto a transformação institucional. Desse modo, o quadro a seguir sintetiza os dez eixos centrais apresentados pela autora, destacando sua relevância para o processo de letramento antirracista.



Quadro 1. Orientações práticas para o enfrentamento do racismo.

Eixo/Passo	Síntese da proposta	Contribuição para o letramento antirracista
Reconhecer o racismo	Admitir que o racismo é estrutural e não se limita a atitudes individuais.	Permite compreender o racismo como sistema de poder, base de todo processo educativo antirracista.
Combater a ideia de democracia racial	Questionar o mito de que vivemos em harmonia racial no Brasil.	Desnaturaliza a desigualdade e evidencia as hierarquias sociais que sustentam o privilégio branco.
Perceber privilégios	Reconhecer que pessoas brancas se beneficiam historicamente do racismo.	Favorece a autorreflexão crítica e o engajamento ético em ações transformadoras.
Apoiar políticas de reparação	Defender cotas e outras ações afirmativas.	Articula letramento a práticas institucionais de justiça social.
Valorizar produções negras	Ler, consumir e divulgar intelectuais e artistas negros.	Amplia repertórios, legitima vozes historicamente silenciadas e rompe o eurocentrismo.
Questionar padrões de beleza	Problematizar o embranquecimento como norma estética.	Incentiva a valorização da diversidade e fortalece identidades negras.
Repensar práticas cotidianas	Refletir sobre falas, gestos e atitudes que reforçam estigmas.	Torna o letramento antirracista parte da vida diária, e não apenas da teoria.
Reivindicar representatividade	Exigir a presença de pessoas negras em espaços de poder.	Rompe com a invisibilidade e promove pluralidade de perspectivas.
Combater a violência racial	Denunciar abusos, violência policial e discriminações.	Conecta o letramento ao compromisso político de defesa de direitos humanos.
Transformar-se continuamente	Entender o antirracismo como prática de aprendizado permanente.	Consolida o letramento como processo contínuo, ético e coletivo.

Fonte: elaborado pelos autores tendo por base Ribeiro (2019).



Ao observar os eixos defendidos por Ribeiro (2019), é possível compreender que o letramento antirracista não se limita à compreensão intelectual do racismo, mas exige engajamento ético, político e cultural. Ao propor desde o reconhecimento da estrutura racista até a valorização de produções negras e a revisão de práticas cotidianas, a autora constrói uma metodologia de transformação permanente. Essa perspectiva reforça que o antirracismo não é uma etapa isolada do processo educativo, mas um compromisso contínuo, que deve atravessar tanto as dimensões individuais quanto as coletivas da vida em sociedade.

Ao encontro dessa abordagem, Carneiro (2003) compreende que o enfrentamento ao racismo exige mais do que atitudes individuais; é necessária a implementação de práticas sistemáticas de resistência, sustentadas por políticas públicas, ações institucionais e transformações culturais. O letramento, portanto, deve ser compreendido como uma prática contínua de desconstrução de narrativas coloniais e de fortalecimento da presença de sujeitos historicamente silenciados.

Na mesma direção, Kilomba (2019) acrescenta que o racismo não se expressa apenas em práticas explícitas de violência ou exclusão, mas também nos discursos cotidianos, nos gestos e nas representações sociais que operam de forma sutil e persistente. Desse modo, o letramento antirracista também é um exercício de leitura crítica do mundo, na acepção freiriana, que busca desvelar os mecanismos simbólicos que naturalizam a exclusão.

Nessa ambiência, Souza (1983) reforça essa perspectiva ao mostrar que o racismo afeta profundamente a subjetividade de pessoas negras, que frequentemente internalizam sentimentos de inadequação e de não pertencimento. Assim sendo, o processo de letramento antirracista assume uma dimensão de reparação subjetiva e coletiva, promovendo reconhecimento identitário, autoestima e valorização da diversidade cultural.

Dessa forma, o letramento antirracista emerge como uma prática integral, que exige tanto a desconstrução das estruturas sociais que sustentam o racismo, quanto a descolonização das formas de pensar, falar e sentir. Inspirado em uma leitura crítica do mundo, nos moldes freirianos, ele opera simultaneamente no plano coletivo e individual: transformando instituições, questionando narrativas naturalizadas e promovendo a reparação simbólica e identitária dos sujeitos historicamente silenciados. Assim, a articulação entre resistência política, crítica cultural e emancipação subjetiva constitui um caminho potente para a efetivação de uma sociedade mais equânime.



1.2. Racismo estrutural e dinâmicas de poder

A noção de racismo estrutural é central para o debate contemporâneo. Conforme Davis (2016), o racismo não pode ser entendido apenas como comportamento individual; ele constitui um sistema que organiza oportunidades, recursos e violências de maneira desigual. O racismo estrutural se manifesta no mercado de trabalho, no sistema de justiça, nas políticas de segurança pública, na saúde e, especialmente, na educação.

A noção de racismo estrutural, tal como destacada pela autora, é fundamental para compreender como as desigualdades raciais não se limitam a episódios isolados de preconceito ou discriminação interpessoal, mas configuram um arranjo sistêmico que atravessa instituições, normas e práticas sociais. Essa perspectiva desloca o foco da análise do plano individual para o coletivo, permitindo evidenciar que o racismo está enraizado nas estruturas que regem a vida em sociedade. Assim, quando se fala em oportunidades desiguais de acesso ao trabalho, ao sistema de justiça ou à educação, não se trata de falhas casuais, mas de mecanismos de reprodução de privilégios e exclusões que se renovam historicamente.

Diante disso, Munanga (2004) acrescenta que o racismo estrutural opera de modo silencioso, muitas vezes naturalizado, o que dificulta seu reconhecimento e enfrentamento. Isso é particularmente evidente na educação, em que o currículo, os materiais didáticos e até mesmo as expectativas docentes podem reforçar estereótipos, invisibilizar contribuições de populações negras e indígenas e perpetuar um imaginário eurocêntrico. Nessa direção, Carneiro (2005) observa que a escola, ao invés de ser um espaço de construção de criticidade, é também um lugar onde se reproduzem hierarquias raciais, mas que pode ser ressignificada como espaço de resistência e emancipação por meio de práticas pedagógicas antirracistas.

Mbembe (2018) amplia essa análise ao apresentar o conceito de necropolítica, que evidencia como os Estados decidem quais vidas são valorizadas e quais são descartáveis. Essa lógica perversa naturaliza a morte social de populações racializadas, limitando suas condições de existência digna. Para o letramento antirracista, esse conceito é fundamental, pois ajuda a compreender como a exclusão racial não é acidental, mas parte de uma engrenagem social planejada e mantida.

Vale destacar que o conceito de necropolítica é uma extensão crítica da noção foucaultiana de biopolítica. Enquanto Foucault (1976) analisou como os Estados modernos exercem poder sobre a vida, regulando corpos e populações por meio de dispositivos de controle, Mbembe (2018) enfatiza que, em contextos de colonialismo, escravização e racismo, o poder se exerce sobretudo pelo direito



de matar ou de deixar morrer. Ou seja, trata-se de uma política da morte, em que o Estado decide quem pode viver em plenitude e quem é condenado a existências precárias, desprovidas de dignidade.

O autor relaciona essa lógica de gestão letal diretamente à herança colonial, em que territórios e povos colonizados foram transformados em “zonas de morte”, espaços em que a violência e o extermínio eram justificados como parte da lógica civilizatória. Essa matriz persiste na contemporaneidade, quando populações racializadas continuam a ser tratadas como descartáveis. A título de exemplificação, pode-se citar que a violência policial contra jovens negros, a negligência estatal em relação à saúde indígena e o abandono de migrantes em fronteiras são expressões concretas dessa política de gestão da morte.

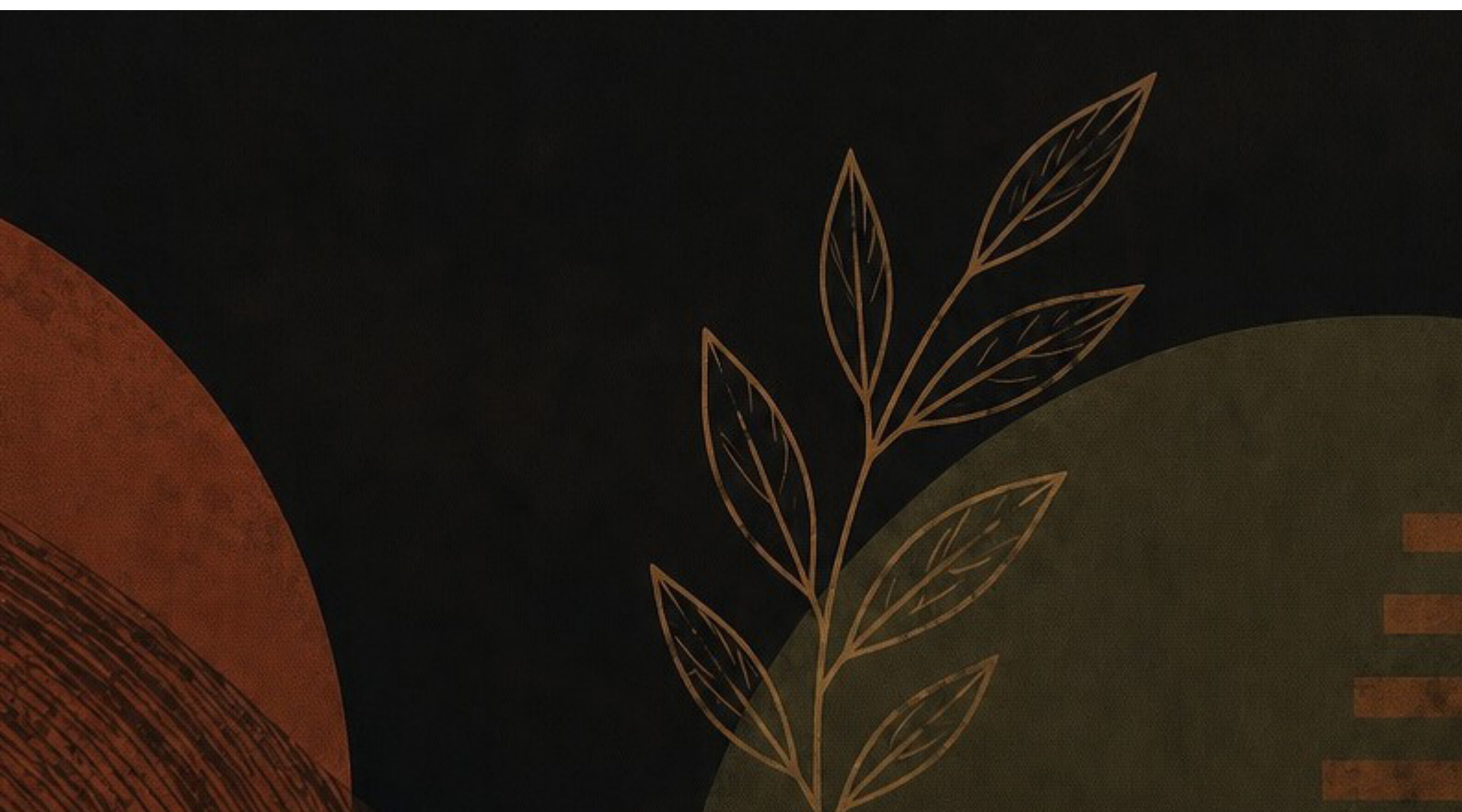
Outro ponto central é que a necropolítica não se manifesta apenas em regimes autoritários. Ela também permeia democracias liberais, de forma menos explícita, mas igualmente devastadora. O encarceramento em massa, a militarização de favelas, as políticas de austeridade que cortam serviços essenciais e a gestão seletiva da saúde pública são exemplos de como Estados democráticos produzem exclusão e morte social. Como lembra Mbembe (2018), viver sob a necropolítica é estar em uma condição de permanente vulnerabilidade, em que o futuro é constantemente ameaçado pela violência institucional e pela precariedade material.



Quadro 2. Comparativo entre biopolítica e necropolítica.

Aspecto	Biopolítica (Foucault)	Necropolítica (Mbembe)
Foco	Governar a vida e regular populações.	Administrar a morte e decidir quem é descartável.
Objetivo	“Fazer viver” e “deixar morrer”.	“Fazer morrer” e “deixar viver em precariedade”.
Contexto histórico	Europa moderna, sociedades disciplinares.	Colonialismo, escravização, racismo estrutural.
Dimensão central	Saúde, disciplina, controle populacional.	Raça, violência, extermínio, abandono social.
Exemplo	Controle da natalidade, políticas de saúde.	Genocídio da juventude negra, apartheid, favelização.
Relação com racismo	Menos central.	Categoria estruturante.

Fonte: elaborado pelos autores.



Além dos efeitos materiais, a necropolítica produz marcas profundas nas subjetividades. Ela naturaliza o medo, o sentimento de não pertencimento e a percepção de que algumas vidas não têm valor. Essa dimensão subjetiva aponta que o racismo, além de estrutural, é interiorizado, corroendo a autoestima e limitando horizontes de vida. Assim, essa política de extermínio simbólico e físico não apenas mata corpos, como também silencia vozes e destrói possibilidades de existência plena.

Se, na biopolítica, a preocupação central está na maximização da vida e na produtividade das populações, na necropolítica o que se evidencia é a produção de espaços de morte social, em que determinadas vidas são constantemente ameaçadas, invisibilizadas ou esvaziadas de valor. É nesse ponto que a dimensão racial se torna crucial. Embora Foucault (1976) tenha discutido o racismo de Estado como um elemento da biopolítica, Mbembe (2018) coloca a raça no centro de sua reflexão, demonstrando que o racismo é o critério que estrutura a distinção entre aqueles que merecem viver e aqueles que podem ser deixados para morrer.

Essa articulação é especialmente relevante para o debate sobre letramento antirracista. Ao reconhecer que o racismo opera não apenas no campo simbólico, mas também no plano material, restringindo possibilidades de sobrevivência e dignidade, o conceito de necropolítica oferece uma chave analítica potente para a leitura crítica da realidade social. Nesse sentido, o letramento antirracista precisa ir além da denúncia das representações discriminatórias e assumir a tarefa de revelar os mecanismos estruturais que produzem exclusão e morte. Para isso, esse processo formativo deve capacitar sujeitos a compreenderem como o poder, ao mesmo tempo em que regula a vida, decide sobre a morte, naturalizando a precarização de grupos racializados.

Portanto, compreender a necropolítica é essencial para o letramento antirracista, pois ela evidencia que a desigualdade racial não é resultado de falhas isoladas, mas de um sistema planejado e sustentado por práticas históricas de exclusão. Um sujeito em processo de letramento crítico precisa reconhecer que a luta antirracista é, em grande medida, uma luta pela vida, pela dignidade e pelo direito de existir. A denúncia das formas de necropolítica abre espaço para práticas educativas, políticas e culturais que busquem não apenas resistir, como também afirmar a centralidade da vida negra, indígena e de outros grupos historicamente subalternizados.



1.2.1. A produção do racismo como estrutura de poder via Frantz Fanon

Frantz Fanon compreende o racismo como um fenômeno estrutural, inseparável do colonialismo e da lógica de dominação que ele impõe. Em “Pele negra, máscaras brancas” (2008), o autor descreve o processo de epidermização do racismo, no qual o sujeito negro internaliza o olhar colonizador e passa a se perceber como inferior. Tal processo cria um complexo de inferioridade que leva o indivíduo a buscar, consciente ou inconscientemente, a assimilação ao padrão branco, usando o que Fanon (2008) denomina de “máscaras brancas”. Esse movimento de embranquecimento simbólico, entretanto, é ilusório e insuficiente, pois o olhar colonial o devolve continuamente à “zona do não ser”, espaço simbólico de negação de humanidade e de restrição de direitos.


Nesse sentido, o mundo colonial é maniqueísta, dividido entre a “zona do ser” reservada aos brancos e colonizadores e a “zona do não ser” habitada pelos colonizados, cuja humanidade é constantemente questionada. Essa divisão não é apenas geográfica ou política, como também epistêmica e ontológica: os colonizados são excluídos da produção do conhecimento e do reconhecimento social. Tal exclusão, ao longo da história, contribui para naturalizar hierarquias raciais e legitimar sistemas de opressão.

A resposta fanoniana a esse estado de coisas não é a assimilação, mas a afirmação da negritude como ato político e epistemológico. O autor propõe um projeto de libertação que vai além da independência política das colônias: trata-se de uma revolução ontológica, em que o corpo negro deixa de ser objeto do olhar colonial e se torna sujeito histórico, produtor de conhecimento e agente de transformação. Sua célebre prece — “Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” (Fanon, 2008, p. 149) — expressa essa necessidade de romper com o silêncio imposto e de transformar a dor da opressão em ação política.

Tal revalorização do corpo é também epistemológica, pois o autor critica o mito da neutralidade e da universalidade do conhecimento ocidental, afirmando que toda produção de saber está situada. Ao recuperar a visibilidade do corpo negro, inaugura-se uma forma de conhecimento que parte da experiência histórica dos sujeitos subalternizados, abrindo caminho para um novo humanismo, um humanismo plural, que inclui os outrora excluídos da definição de ser humano.

É nesse ponto que a educação crítica encontra um terreno fértil de diálogo com a teoria fanoniana. Assim, Freire (2019) argumenta que a educação deve ser prática de liberdade e não de domesticação. A chamada educação bancária, que deposita conteúdos prontos nos alunos, reforça o *status quo* e a passividade, ao passo que a educação problematizadora cria condições para a conscientização, permitindo que os oprimidos percebam a realidade como uma construção histórica e transformável.





No contexto da luta antirracista, a educação crítica é o caminho para desmascarar a naturalização do racismo e questionar as hierarquias herdadas do colonialismo. Ao oferecer instrumentos teóricos e metodológicos para compreender as estruturas de poder, a escola pode se tornar um espaço de resistência e de construção de subjetividades autônomas. Assim como Fanon (2008) conclama o negro a se afirmar e romper com a lógica da invisibilidade, a educação crítica promove a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica, capacitando os estudantes a intervir no mundo.

A articulação entre Fanon (2008) e Freire (2019) aponta para um currículo emancipador e antirracista, que vá além da inclusão superficial de conteúdos sobre diversidade e promova efetivamente a transformação das relações raciais. Isso implica revisar livros didáticos, combater estereótipos e construir espaços pedagógicos em que os estudantes negros possam se ver representados de maneira positiva. Além disso, exige uma formação docente que considere a interseccionalidade das opressões — raça, classe, gênero, sexualidade — para evitar novas formas de exclusão.

Promover a equidade racial, nessa perspectiva, significa transferir os sujeitos negros da zona do não ser para a zona do ser, reconhecendo-os como protagonistas de sua própria história. A escola deixa de ser um lugar de assimilação e passa a ser um espaço de reparação histórica, em que se recupera a voz, a memória e a dignidade das populações historicamente subalternizadas.

A visão de Fanon (2008) e a educação crítica convergem no ponto de que a luta contra o racismo não pode se limitar a reformas pontuais: é preciso uma reconfiguração estrutural do mundo e do conhecimento. Essa transformação começa com a afirmação da visibilidade do corpo negro e se desdobra em práticas pedagógicas que incentivem o questionamento, a análise crítica e o engajamento político. Responder ao apelo de Fanon — “ser um homem que questiona” — significa transformar a educação em um espaço de emancipação coletiva e de construção de um futuro no qual a pluralidade seja celebrada e a justiça racial seja um princípio estruturante.

Quadro 3. Fanon e a educação crítica.

Aspecto	Fanon (teoria decolonial)	Freire/Educação crítica	Implicações para a equidade racial
Diagnóstico da realidade	Racismo como estrutura que cria a "zona do não ser" e nega humanidade ao negro.	Educação bancária, que reforça a opressão ao impedir a consciência crítica.	Necessidade de identificar mecanismos de invisibilização e discriminação na escola e na sociedade.
Resposta/Estratégia	Afirmar o corpo negro, no sentido de recuperar a visibilidade.	Prática pedagógica dialógica, problematizadora, que emancipa o sujeito.	Currículos antirracistas e metodologias participativas que recuperem narrativas históricas negras.
Sujeito do conhecimento	Corpo negro como produtor de saber situado e crítico.	Oprimido como agente de transformação e não mero receptor de conteúdo.	Reconhecimento da pluralidade epistemológica e valorização de saberes afro-brasileiros e diaspóricos.
Horizonte político	Destruir o maniqueísmo colonial e criar um mundo de mútuo reconhecimento.	Libertação coletiva, transformação social e superação da opressão.	Construção de políticas educacionais e sociais que garantam igualdade substantiva e justiça racial.

Fonte: elaborado pelos autores.

Articular as reflexões fanonianas e a educação crítica é reconhecer que o enfrentamento do racismo é tarefa política, ética e pedagógica. Trata-se de promover a passagem do sujeito negro da "zona do não ser" para a "zona do ser", reconhecendo sua humanidade e sua potência criadora. A educação deve ser, portanto, um espaço de questionamento, resistência e reconstrução do mundo, capaz de responder ao apelo de Fanon e de formar sujeitos que não apenas se adaptem à sociedade, mas que atuem para transformá-la.



1.3. A importância da educação crítica para a promoção da equidade racial

A educação representa o campo privilegiado para a efetivação do letramento antirracista. Como observa Ribeiro (2019), práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial têm o poder de ressignificar o modo como estudantes compreendem a si mesmos e ao mundo. Mais do que transmitir conteúdos, trata-se de formar sujeitos críticos, conscientes de seu papel na transformação da realidade.

A resistência às múltiplas formas de racismo passa necessariamente pela educação. Ensinar é um ato político, e a sala de aula deve ser espaço de conscientização crítica. Uma educação libertadora exige que educadores reconheçam suas próprias posições de privilégio ou exclusão e promovam o diálogo honesto sobre raça, classe, gênero e território (Hooks, 2020). Dessa forma, a luta antirracista deve ser travada no campo das ideias, das políticas e das práticas pedagógicas. Assim, é necessário incluir intelectuais negros nos conteúdos escolares, discutir o legado da escravização e debater o racismo como estrutura, e não somente como atitude.

Nesse âmbito, compreender o racismo em suas dimensões estrutural, institucional e recreativa não pode ser entendido como algo pontual ou circunstancial. Ele constitui um sistema historicamente sustentado por séculos de colonização, escravização, práticas políticas excludentes e omissões intencionais. Superar essa lógica exige mais do que a elaboração de marcos legais: demanda uma profunda transformação cultural e pedagógica. Como enfatiza Gomes (2022), a educação deve comprometer-se radicalmente com a promoção da equidade racial, reconhecendo o movimento negro não apenas como sujeito político, mas também como produtor legítimo de saberes e transformador das dinâmicas escolares. Nesse horizonte, é pelo resgate histórico, pela valorização das memórias coletivas e pela escuta atenta das vozes negras que se torna possível vislumbrar a construção de uma sociedade verdadeiramente antirracista.



Figura 1. Dimensões do racismo.



Fonte: Ilustração produzida com auxílio de Inteligência Artificial.

Na direção dessa discussão, Gonzalez (1988) debateu sobre a articulação entre racismo e sexismo, propondo a categoria de “amefricanidade”. Essa perspectiva busca valorizar as matrizes culturais afro-latinas e problematizar o eurocentrismo que permeia tanto as práticas sociais quanto os currículos escolares.

Ao criar a categoria de “amefricanidade”, a autora propõe uma ruptura com a lógica eurocêntrica, que por séculos desvalorizou ou silenciou as experiências e saberes de povos africanos e indígenas na América Latina. A “amefricanidade” valoriza as matrizes culturais afro-latinas, destacando a força das tradições, línguas, religiosidades, artes e práticas cotidianas como elementos fundadores da identidade latino-americana.

Além disso, a autora chama a atenção para o fato de que a luta contra o racismo não pode ser pensada de forma isolada: ela precisa se articular com as reivindicações feministas e de justiça social, já que as mulheres negras, por exemplo, vivenciam simultaneamente opressões de gênero, raça e classe. Esse olhar interseccional evidencia que enfrentar o racismo exige também repensar os currículos escolares, as práticas pedagógicas e a forma como o conhecimento é produzido e transmitido.

Para Carneiro (2005), a luta antirracista na educação exige uma revisão curricular, de modo que os saberes e contribuições da população negra sejam integrados à formação acadêmica. Isso significa romper com a invisibilização histórica e inserir novas epistemologias, construídas a partir de diferentes matrizes culturais.

Nesse âmbito, Davis (2016) reforça que o processo educativo deve ser pensado como prática de liberdade, em consonância com Paulo Freire. Isso implica criar espaços de diálogo, estimular a reflexão coletiva e fomentar a solidariedade entre diferentes grupos sociais. O letramento antirracista, nesse contexto, é uma prática de cidadania ativa, voltada para o fortalecimento da democracia.

Segundo Kilomba (2019), a produção de conhecimento não pode ser neutra. Para construir uma educação antirracista é necessário reconhecer que as epistemologias eurocêntricas não contemplam a diversidade de experiências humanas. A proposta de uma pedagogia crítica antirracista, portanto, deve abrir espaço para saberes plurais, legitimando vozes historicamente silenciadas.

Na prática, isso significa elaborar políticas institucionais que combatam o racismo, capacitar docentes para o trabalho com diversidade, criar materiais pedagógicos representativos e garantir que a escola e a universidade sejam ambientes acolhedores para todos. Dessa forma, o letramento antirracista contribui não apenas para a formação acadêmica, como também para o desenvolvimento de uma consciência ética e social.

Portanto, o letramento antirracista se fundamenta em três eixos indissociáveis: a compreensão crítica do racismo como estrutura, a valorização de epistemologias plurais e a promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial. Trata-se de um compromisso ético e político que ultrapassa a sala de aula e se projeta para toda a sociedade.

Sendo assim, este capítulo buscou oferecer fundamentos teóricos que sustentam a construção de uma educação antirracista, capaz de formar sujeitos críticos, engajados e comprometidos com a justiça social. Ao investir nesse percurso, reafirma-se a possibilidade de transformar a escola, a universidade e a sociedade em espaços mais inclusivos, democráticos e humanos.



2

*Trilhas do letramento antirracista:
uma abordagem metodológica*

Capítulo 2

Trilhas do letramento antirracista: uma abordagem metodológica

O “Evento de Letramento Antirracista”, realizado semestralmente no Centro Universitário São Camilo, constitui-se como uma experiência pedagógica coletiva e intencional, vinculada diretamente à disciplina de “Multiculturalismo, Diversidade e Direitos Humanos”. Esse vínculo é fundamental, pois garante que a proposta não se restrinja a uma ação pontual, mas se integre de forma orgânica ao processo formativo dos estudantes, compondo, inclusive, parte do processo avaliativo da disciplina.

Organizado de forma interdisciplinar, o evento mobiliza professores e estudantes em torno de uma prática que articula reflexão crítica, diálogo intercultural e produção de ações transformadoras. Sua finalidade vai além da mera transmissão de conteúdos: busca constituir um espaço de formação integral, que desenvolve competências críticas, éticas e socioemocionais, comprometidas com a promoção da equidade racial e da justiça social.

O planejamento do evento é cuidadosamente estruturado. Antes de sua realização, ocorrem reuniões docentes para definição das temáticas centrais, organização logística e preparação de materiais de apoio. Também são selecionados textos acadêmicos, documentários e experiências de referência que servirão como base para os debates e atividades. Os estudantes são mobilizados por meio de oficinas preparatórias, que os situam sobre os objetivos do letramento antirracista e sua relevância no âmbito da formação acadêmica, profissional e cidadã. Essa preparação garante coerência entre os objetivos da disciplina e as etapas metodológicas que estruturam o evento.

2.1. O evento como ponto de partida: objetivos e estrutura

O “Evento de Letramento Antirracista” nasce como um ponto de partida estratégico dentro da proposta pedagógica da disciplina de “Multiculturalismo, Diversidade e Direitos Humanos”, assumindo a função de articular teoria e prática em torno do enfrentamento das desigualdades raciais. Mais do que uma atividade isolada, o evento se insere como um eixo estruturante do processo formativo, já que promove a vivência coletiva de princípios discutidos em sala de aula, constituindo-se também como parte do processo avaliativo da disciplina.



Seus objetivos centrais consistem em:



Estimular a consciência crítica sobre o racismo estrutural e suas múltiplas formas de manifestação;



Valorizar as matrizes culturais afro-latinas e as narrativas históricas frequentemente silenciadas pelos currículos tradicionais;



Fomentar práticas educativas transformadoras, que extrapolem o espaço acadêmico e alcancem a comunidade;



Promover o protagonismo discente, incentivando a criação de produtos autorais que mobilizem reflexão e ação social.

Fonte: Ilustração produzida com auxílio de Inteligência Artificial.

A estrutura do evento foi concebida de maneira a garantir progressão e coerência pedagógica. O percurso é organizado em momentos sequenciais que se articulam entre si: primeiro, os estudantes são convidados a refletir criticamente sobre as desigualdades raciais a partir de leituras, debates e diálogos; em seguida, passam à análise e à problematização de discursos e práticas sociais que reforçam estereótipos; por fim, desenvolvem intervenções educativas criativas e autorais, apresentadas à comunidade acadêmica.

Dessa maneira, o evento configura-se não apenas como uma experiência avaliativa, mas, sobretudo, como um laboratório de aprendizagem ativa, no qual os estudantes assumem papel de protagonistas e são desafiados a mobilizar competências críticas, éticas e socioemocionais. Logo, ele funciona como um dispositivo pedagógico integrador, capaz de unir os conteúdos da disciplina às demandas sociais contemporâneas e de contribuir para a formação de sujeitos engajados com a promoção da equidade racial.

A metodologia é organizada em três momentos complementares — sensibilização, desconstrução e ação transformadora — que se articulam de maneira progressiva: começa pela tomada de consciência crítica, avança para a análise e desconstrução de discursos racistas naturalizados e culmina em práticas educativas que promovem impacto social e comunitário (comunidade acadêmica).

2.1.1. Sensibilização: despertar da consciência crítica

Na etapa de sensibilização, os estudantes participam de momentos de reflexão coletiva voltados para a compreensão histórica e social do racismo no Brasil. Para isso, são realizadas rodas de conversa e análise de materiais acadêmicos (textos, documentários e relatos orais).

A equipe docente propõe questões norteadoras que instigam os alunos a identificar como o racismo estrutural se manifesta em práticas institucionais e na vida cotidiana. Além disso, a abordagem é interseccional, buscando evidenciar a articulação entre racismo, sexismo, classe social e outras formas de opressão. Esse momento inicial não apenas introduz conceitos fundamentais, como também promove um ambiente de escuta ativa e empatia, no qual os participantes compartilham experiências pessoais e coletivas relacionadas às desigualdades étnico-raciais.



2.1.2. Desconstrução: revisão crítica e ruptura com paradigmas

A fase de desconstrução tem como foco desafiar os discursos e práticas que naturalizam o racismo. Para isso, os estudantes são orientados a realizar uma leitura crítica da realidade social, analisando notícias, propagandas, produções midiáticas e textos acadêmicos.

Essa etapa envolve seminários interativos e grupos de estudo, que possibilitam a sistematização dos debates a partir de referenciais teóricos da educação, das ciências sociais e dos estudos decoloniais. Os discentes são incentivados a revisar conceitos internalizados e a identificar estereótipos e preconceitos raciais presentes em diferentes esferas sociais.

A culminância dessa etapa ocorre com a produção de análises fundamentadas em literatura especializada, evidenciando a compreensão de que o letramento antirracista é também um processo epistemológico que questiona narrativas dominantes e valoriza saberes historicamente marginalizados.

2.1.3. Ação transformadora: protagonismo discente e impacto social

A etapa final, de ação transformadora, busca consolidar os aprendizados em práticas concretas de intervenção educativa. Os estudantes, organizados em grupos, elaboram produtos pedagógicos e comunicativos voltados à sensibilização da comunidade acadêmica. Entre os materiais produzidos, destacam-se:

- 📄 *Banners* e cartazes informativos sobre racismo estrutural e institucional;
- 📄 Cartilhas educativas com a criação de situações diversas que valorizam a identidade afro e o respeito à diversidade;
- 📄 Exposições fotográficas e artísticas que valorizam a identidade negra e afro-latina;
- 📄 *Folders* e campanhas de sensibilização, digitais e presenciais;
- 📄 Histórias em quadrinhos (HQs) e infográficos temáticos acessíveis a diferentes públicos.

Esses trabalhos são expostos nos espaços institucionais, possibilitando que o conhecimento produzido seja disseminado em toda a ambiência universitária. O protagonismo estudantil é enfatizado, pois os discentes não apenas aplicam seus saberes teóricos, como também se posicionam como agentes multiplicadores de práticas educativas antirracistas.



Essa culminância é acompanhada por momentos de socialização coletiva, nos quais docentes, colegas e visitantes interagem com os materiais, favorecendo a construção de um espaço de diálogo, reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial. Ao fim, é realizada uma avaliação coletiva e formativa que considera não apenas os produtos apresentados, como também o percurso reflexivo e ético desenvolvido pelos estudantes.

2.1.4. Cartilhas como ferramentas de letramento antirracista: entre teoria e prática

Diante do conjunto de trabalhos desenvolvidos, a escolha se deu pelas cartilhas, pois sua natureza didática e multiplicadora permite traduzir conteúdos teóricos complexos em uma linguagem acessível e prática, favorecendo a circulação do conhecimento em diferentes contextos sociais. Por serem materiais portáteis, de fácil reprodução e ampla disseminação, as cartilhas ampliam o alcance das reflexões construídas no espaço acadêmico, garantindo que os aprendizados não fiquem restritos à sala de aula. Dessa forma, configuram-se como ferramentas estratégicas para potencializar a ação transformadora, assegurando a continuidade do debate e a promoção de práticas antirracistas em espaços formais e informais de educação.

Nesse sentido, as cartilhas serão exploradas na próxima seção como instrumentos que não apenas sintetizam os conhecimentos construídos, como também orientam práticas efetivas de intervenção educativa. Ao sistematizarem conceitos, exemplos e estratégias de enfrentamento ao racismo, as cartilhas funcionam como materiais de referência acessíveis, capazes de apoiar tanto ações dentro da universidade quanto iniciativas em ambientes escolares e comunitários, consolidando o vínculo entre teoria e prática no processo de letramento antirracista.

2.1.5. Mapeamento de como cada cartilha se encaixa na organização da sequência didática para a desconstrução de narrativas racistas

Esta seção se organiza em três movimentos articulados:

- a) sensibilização;
- b) desconstrução;

c) ação transformadora — concebidos como um percurso didático contínuo no escopo do letramento antirracista.



Quadro 4. Mapeamento das cartilhas para a desconstrução de narrativas racistas.

Nome da cartilha	Público-alvo	Objetivo principal	Etapas da sequência didática	Produto final
Pequenos gestos, grandes impactos: entenda as microagressões raciais Cartilha 1	Estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais, Médio e Superior.	Desenvolver a leitura crítica de produtos culturais e identificar representações raciais.	Sensibilização → exibição de trechos e fichas de observação; Desconstrução → estudo de caso comparado (obra-problema × obra-afirmativa); Ação transformadora → reescrita criativa ou curadoria antirracista.	Protocolo de microagressões (abordagem, acolhimento e encaminhamento).
DESPERTAR ANTIRRACISTA — Não precisa ser negro para lutar contra o racismo, só precisa ser humano Cartilha 2	Estudantes do Ensino Médio e Superior.	Compreender privilégios, a importância da representatividade e práticas antirracistas.	Sensibilização → leitura dialogada e mapa de visibilidade; Desconstrução → análise de músicas e enquadramentos (exotização, tokenismo, colorismo); Ação transformadora → compromisso diário e criação de espaços de diálogo.	Compromissos antirracistas pessoais e coletivos; criação de espaços de diálogo.
Os cachinhos de Alicia Cartilha 3	Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais.	Valorizar a identidade e a estética negra; fortalecer a autoestima infantil.	Sensibilização → leitura da história e conversa inicial; Desconstrução → atividades pedagógicas para reconhecer o racismo estético; Ação transformadora → ateliê de espelhos + roda de compromissos.	Exposição com autorretratos e compromissos (famílias/comunidade).
Acabe com o RACISMO no contemporâneo Cartilha 4	Ensino Fundamental, jovens e adultos.	Estimular a análise crítica de letras de música, filmes e expressões que reforçam estereótipos racistas. Identificar representações raciais no futebol.	Sensibilização → escuta orientada e leitura crítica; Desconstrução → reformulação de versos e análise de efeitos sociais; Ação transformadora → produção de cartazes editoriais e campanha.	Campanha antirracista (cartazes, rádio interna, <i>cards</i> digitais).
Meu cabelo é BEM BONITO! Cartilha 5	Educação Infantil.	Valorizar a identidade e a estética negra; fortalecer a autoestima infantil.	Sensibilização → leitura da história e conversa inicial; Desconstrução → atividades pedagógicas para reconhecer o racismo estético; Ação transformadora → atividades lúdicas para conscientização.	Exposição com autorretratos e compromissos (famílias/comunidade).
Todos iguais — Uma viagem contra o racismo Cartilha 6	Ensino Fundamental.	Conhecer e refletir sobre a história de luta contra o racismo ao redor do mundo.	Sensibilização → exibição de trechos + fichas de observação (Quem fala? Quem decide? Que corpos ocupam quais papéis?); Desconstrução → estudo de caso comparado: uma obra-problema × uma obra-afirmativa → parecer crítico (enredo, estereótipos, agência, enquadramento); Ação transformadora → reescrita criativa.	Campanha ou mostruário antirracista.
Livro de brincadeiras ANTIRRACISTAS Cartilha 7	Ensino Fundamental.	Desenvolver a leitura crítica de produtos culturais e identificar representações raciais. Respeitar a diversidade cultural e estimular atitudes antirracistas.	Sensibilização → atividades lúdicas para conscientização; Desconstrução → desenvolver a leitura crítica de produtos culturais e identificar representações raciais. Respeitar a diversidade cultural e estimular atitudes antirracistas; Ação transformadora → produção de cartazes editoriais (por que essa atitude é ofensiva?) e campanha 360º (rádio interna, <i>cards</i>).	Campanha antirracista (cartazes, rádio interna, <i>cards</i> digitais).

CARTILHA 1

PEQUENOS GESTOS, GRANDES IMPACTOS: ENTENDA AS MICROAGRESSÕES RACIAIS

Sobre a cartilha

A cartilha explora o conceito de microagressões raciais, destacando que são atitudes ou comentários sutis, muitas vezes inconscientes, que reforçam estereótipos e preconceitos. Embora pareçam inofensivas, essas ações têm impactos cumulativos que afetam o bem-estar e a autoestima das pessoas racializadas, perpetuando desigualdades e o racismo estrutural. Para enfrentá-las, a cartilha sugere falar sobre o problema, promover inclusão e adotar um compromisso contínuo de aprendizado e crescimento, tanto individualmente quanto em comunidade. Esta cartilha é um exemplo de material orientador que apoia professores e estudantes na construção de protocolos de acolhimento. Ao ser difundida nas escolas, pode contribuir para consolidar práticas institucionais de enfrentamento ao racismo, ampliando o impacto e o alcance das ações formativas.



[ACESSE A CARTILHA COMPLETA](#)

Como entra na sequência?

- **Sensibilização:** promove a sensibilização ao explicar o impacto das microagressões raciais, destacando como atitudes aparentemente inofensivas reforçam estereótipos e afetam profundamente as pessoas racializadas.
- **Desconstrução:** incentiva a desconstrução ao estimular a reflexão sobre preconceitos internalizados e dinâmicas de poder, propondo um compromisso de aprendizado contínuo.
- **Ação transformadora:** elaboração de protocolo de microagressões (como abordar, acolher e encaminhar).

CARTILHA 2

DESPERTAR ANTIRRACISTA — NÃO PRECISA SER NEGRO PARA LUTAR CONTRA O RACISMO, SÓ PRECISA SER HUMANO

Sobre a cartilha

O material reúne conteúdos históricos sobre a escravização no Brasil, explicações sobre preconceito, estereótipos e privilégios da branquitude, além de destacar a importância da representatividade e da postura antirracista. Os caminhos para a consciência destacados na cartilha funcionam como matéria-prima pedagógica para estimular a análise crítica e possibilitar o contraste com repertórios antirracistas, valorizando produções culturais que afirmam identidades e combatem estereótipos. A cartilha possibilita que diferentes comunidades educativas promovam debates acessíveis sobre desigualdade racial, estimulando compromissos coletivos e criando espaços de diálogo sobre representatividade. Por sua aplicabilidade, pode ser usada tanto em contextos formais (salas de aula, disciplinas universitárias) quanto em grupos de jovens e coletivos culturais, ampliando a consciência crítica sobre privilégios e sua naturalização.

DESPERTAR ANTIRRACISTA

NÃO PRECISA SER NEGRO PARA LUTAR CONTRA
O RACISMO, SÓ PRECISA SER HUMANO.



[ACESSE A CARTILHA COMPLETA](#)

Como entra na sequência?

- **Sensibilização:** leitura dialogada dos exemplos de privilégio branco e do bloco "importância da representatividade" para ativar memórias e percepções da turma; construção de um "mapa de visibilidade" (onde me vejo/onde não me vejo).
- **Desconstrução:** análise de trechos de letras de músicas (selecionadas na cartilha) e discussão envolvendo os caminhos para a consciência no combate à desigualdade racial.
- **Ação transformadora:** reescrita criativa (curta/zine/campanha) que corrija apagamentos/estereótipos; curadoria de um mostruário antirracista para a escola/IES.

CARTILHA 3

OS CACHINHOS DE ALICIA

Sobre a cartilha

A cartilha desenvolve uma narrativa afirmativa sobre identidade e valorização do cabelo crespo, estimulando o reconhecimento da diversidade estética como parte da construção da autoestima e da representatividade negra. Para reforçar essa abordagem, apresenta um conjunto de atividades pedagógicas (como atividades lúdicas que podem ser assinaladas a partir de verdadeiro ou falso, associação de colunas, completar frases, desenho livre e roda de conversa) que convidam crianças a refletir criticamente sobre preconceitos, expressarem sua identidade e compartilharem experiências. O material inclui ainda gabaritos, assegurando aplicabilidade prática em sala de aula e oferecendo suporte aos educadores no trabalho de sensibilização e promoção do respeito às diferenças. A cartilha amplia, desde a Educação Infantil, o respeito à diversidade e o olhar para si e para o outro, permitindo a realização de rodas de conversa que refletem sobre como a estética faz parte de cada indivíduo e como todos pertencem a um mesmo grupo.



[ACESSE A CARTILHA COMPLETA](#)

Como entra na sequência?

- **Sensibilização:** leitura dialógica da história + conversa inicial sobre sentimentos (autoimagem, respeito).
- **Desconstrução:** atividades 1-3 para reconhecer o racismo estético, validar identidades e nomear a violência; mediação com linguagem acessível.
- **Ação transformadora:** ateliê de espelhos (autorretrato, paleta de tons) + roda de compromissos; exposição para famílias/comunidade.

CARTILHA 4

ACABE COM O RACISMO NO CONTEMPORÂNEO

Sobre a cartilha

A cartilha analisa filmes, séries e músicas que abordam o racismo, destacando tanto produções que promovem representatividade quanto aquelas que reforçam estereótipos e preconceitos. Apresenta exemplos de músicas como "Brown Sugar" e "Fricote", evidenciando diferentes formas de racismo cultural, como fetichização, racismo estético e objetificação de pessoas negras. Inclui também estudos de caso recentes, especialmente no futebol, que ajudam a compreender o racismo na prática e servem como base para discussões críticas e elaboração de ações institucionais antirracistas. Por seu caráter didático e aplicável, a cartilha pode ser utilizada em escolas, universidades, ONGs e coletivos culturais, contribuindo para a formação de leitores críticos da mídia e incentivando produções e práticas voltadas à inclusão e igualdade racial.



Como entra na sequência?

- **Sensibilização:** exibição de trechos + fichas de observação (Quem fala? Quem decide? Que corpos ocupam quais papéis?).
- **Desconstrução:** estudo de caso comparado – uma obra-problema × uma obra-afirmativa; parecer crítico (enredo, estereótipos, agência, enquadramento).
- **Ação transformadora:** produção de cartazes editoriais (por que essa letra é ofensiva? Qual é a alternativa responsável?) e campanha 360° (rádio interna, cards).

[ACESSE A CARTILHA COMPLETA](#)

CARTILHA 5

MEU CABELO É BEM BONITO!

Sobre a cartilha

A cartilha é um material pedagógico antirracista voltado à educação infantil, que apresenta e valoriza os diferentes tipos de cabelo. A narrativa promove autoestima, respeito e valorização da identidade negra. Além da história, a cartilha inclui atividades lúdicas que estimulam o diálogo sobre diversidade e empatia, utilizando linguagem simples e adequada para crianças de 2 a 5 anos. Seu uso fortalece a representatividade desde a infância e pode ser aplicado em escolas, famílias e comunidades, incentivando práticas educativas que valorizam a diversidade e promovem o respeito às diferenças.



Como entra na sequência?

- **Sensibilização:** leitura da história e conversa inicial.
- **Desconstrução:** atividades pedagógicas para reconhecer o racismo estético.
- **Ação transformadora:** ateliê de espelhos + roda de compromissos.

[ACESSE A CARTILHA COMPLETA](#)

CARTILHA 6

TODOS IGUAIS — UMA VIAGEM CONTRA O RACISMO

Sobre a cartilha

A cartilha retrata uma jornada pelo tempo e pelos diferentes contextos históricos e culturais, em torno da construção e transformação do mundo e do Brasil. Voltada para o público infantil, a cartilha acompanha Nina, uma menina curiosa que adora viajar por meio da leitura. Em uma de suas aventuras literárias, ela conhece figuras inspiradoras, como Martin Luther King Jr., Malala e Antonieta de Barros. Ao retornar ao seu quarto, com o livro ainda nas mãos, Nina olha pela janela e reflete sobre a importância de lutar contra o racismo. O material apresenta grandes nomes que lutaram por um mundo mais digno e igualitário em seus direitos, destacando que a luta continua, além de inspirar a criação de trabalhos voltados para a transformação. As pequenas mudanças são tão importantes quanto as grandes transformações sociais, e a cartilha incentiva propostas elaboradas pelos próprios alunos.



Como entra na sequência?

- **Sensibilização:** exibição de trechos + fichas de observação (Quem fala? Quem decide? Que corpos ocupam quais papéis?).
- **Desconstrução:** estudo de caso comparado — uma obra-problema × uma obra-afirmativa; parecer crítico (enredo, estereótipos, agência, enquadramento).
- **Ação transformadora:** reescrita criativa (curta/zine/campanha) que corrija apagamentos/estereótipos; curadoria de um mostruário antirracista para a escola/IES.

[ACESSE A CARTILHA COMPLETA](#)

CARTILHA 7

LIVRO DE BRINCADEIRAS ANTIRRACISTAS

Sobre a cartilha

Voltada para o público infantil, a cartilha aborda a diversidade cultural na busca de que somos todos iguais, apesar da diversidade. De maneira interativa, apresenta perguntas com respostas ocultas para que os alunos descubram ao puxar um papel. O conteúdo aborda os diversos tipos de cabelos e tons de pele e convida à reflexão sobre o coletivo e a importância da participação de todos. Traz situações do cotidiano em que o racismo pode aparecer, e mostra, de forma dialógica e com exemplos adequados à faixa etária, como as crianças podem agir diante dessas situações.



Como entra na sequência?

- **Sensibilização:** refletir ações e atividades lúdicas para conscientização.
- **Desconstrução:** desenvolver leitura crítica de produtos culturais e identificar representações raciais; respeitar a diversidade cultural e estimular atitudes antirracistas.
- **Ação transformadora:** produção de cartazes editoriais (por que essa atitude é ofensiva?) e campanha 360° (rádio interna, cards).

[ACESSE A CARTILHA COMPLETA](#)

A articulação das cartilhas em torno dos três movimentos (sensibilização, desconstrução e ação transformadora) cria um percurso didático coerente, capaz de mobilizar afetos, provocar reflexões críticas e estimular práticas de enfrentamento ao racismo em diferentes contextos educacionais. Ao trabalharem dimensões complementares, como privilégio branco, microagressões, representações midiáticas, racismo no esporte, identidade e música, os materiais formam um repertório pedagógico robusto, que valoriza tanto a análise crítica das estruturas discriminatórias quanto a afirmação de identidades historicamente marginalizadas.

Nesse sentido, as cartilhas não se limitam a transmitir informações, mas oferecem instrumentos concretos para que estudantes, professores e comunidades escolares se posicionem ativamente contra o racismo. O conjunto evidencia que o letramento antirracista deve ser entendido como um processo contínuo, que integra conhecimento, reflexão e prática, orientado pelo compromisso ético-político de promover equidade racial e justiça social. Trata-se, portanto, de um convite para transformar a sala de aula em espaço de resistência, reconstrução simbólica e ação cidadã. Assim, cada cartilha, ao ser disseminada em diferentes espaços, contribui para que o letramento antirracista se mantenha como um processo contínuo e multiplicador, consolidando-se como prática pedagógica de resistência e transformação social.

2.2. As cartilhas e sua aplicabilidade metodológica no escopo do letramento antirracista

Metodologicamente, as cartilhas configuram-se como instrumentos pedagógicos que permitem transformar reflexões teóricas em propostas práticas de intervenção educativa. Sua aplicabilidade repousa em três dimensões principais: a função formativa, a função multiplicadora e a função avaliativa-reflexiva, que se articulam em um percurso contínuo de letramento antirracista.

2.2.1. Função formativa

Na função formativa, as cartilhas atuam como suportes didáticos que orientam a ação docente e discente em diferentes etapas da sequência metodológica: sensibilização, desconstrução e ação transformadora.



• **Sensibilização:** textos introdutórios, narrativas literárias e atividades de reflexão que despertam consciência crítica sobre desigualdades e privilégios.

• **Desconstrução:** exercícios de análise crítica de músicas, filmes, propagandas e discursos midiáticos, permitindo identificar estereótipos e desmontar narrativas racistas.

• **Ação transformadora:** propostas de projetos, protocolos ou campanhas que estimulam práticas concretas em sala de aula e na comunidade.

Freire (2019) destaca que a mediação pedagógica precisa favorecer a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica, e, nesse sentido, as cartilhas funcionam como dispositivos que estruturam o diálogo problematizador, possibilitando que estudantes percebam a realidade como histórica e transformável.

Nessa perspectiva, o autor defende que a mediação pedagógica deve ir além da transmissão de conteúdos, constituindo-se como práxis transformadora. As cartilhas, ao organizar sequências de atividades, tornam-se instrumentos que viabilizam o diálogo problematizador e favorecem a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica.

2.2.2. Função multiplicadora

Na função multiplicadora, as cartilhas tornam-se recursos replicáveis, de linguagem acessível e circulação ampliada, capazes de extrapolar o espaço da universidade e se inserir em comunidades escolares, projetos de extensão e coletivos sociais.

Conforme Ribeiro (2019), o enfrentamento ao racismo requer mecanismos pedagógicos que traduzam debates complexos em práticas cotidianas, acessíveis a públicos diversos. Essa característica garante que o letramento antirracista não se restrinja a espaços formais, mas seja apropriado por diferentes atores sociais, ampliando sua potência transformadora.

Por serem materiais portáteis, de linguagem acessível e adaptáveis a múltiplos públicos, as cartilhas garantem que os aprendizados construídos no espaço acadêmico circulem em escolas, projetos de extensão universitária, coletivos comunitários, associações culturais e movimentos sociais.

Ribeiro (2019) ainda destaca que o letramento antirracista exige mecanismos pedagógicos que sejam aplicáveis no cotidiano, permitindo que a reflexão sobre privilégios, estereótipos e práticas discriminatórias se transforme em ação concreta. Nesse sentido, as cartilhas cumprem um papel multiplicador: cada exemplar funciona como semente de práticas educativas antirracistas, favorecendo o engajamento coletivo.



2.2.3. Função avaliativa-reflexiva

Já na função avaliativa-reflexiva, as cartilhas também se apresentam como instrumentos de sistematização e socialização dos conhecimentos construídos ao longo do processo formativo. Carneiro (2005) enfatiza que práticas pedagógicas antirracistas precisam ser documentadas e disseminadas para consolidar a memória coletiva da resistência. Ao registrarem conceitos, exemplos e propostas de ação, as cartilhas possibilitam que estudantes e professores revisitem os conteúdos, promovendo tanto a autoavaliação quanto a avaliação coletiva dos percursos formativos.

Além disso, do ponto de vista das epistemologias decoloniais, Walsh (2009) lembra que metodologias insurgentes devem valorizar os saberes situados e produzir materiais que expressem a experiência vivida pelos sujeitos. Nessa direção, as cartilhas permitem incorporar narrativas locais – como o racismo no futebol, a estética negra ou as microagressões no cotidiano – em práticas educativas concretas, construindo pontes entre a teoria acadêmica e as vivências sociais.

Portanto, a aplicabilidade metodológica das cartilhas não se limita à sua utilização como material didático complementar, mas se estende como estratégia pedagógica integral. Elas orientam práticas educativas, facilitam a replicação em diferentes contextos, registram e sistematizam o conhecimento e promovem a continuidade do processo de letramento antirracista. Ao conjugar teoria, prática e multiplicação social do saber, as cartilhas se consolidam como dispositivos centrais para a efetivação de uma educação crítica e emancipatória.

2.3. Estratégias pedagógicas para a desconstrução de narrativas racistas e exemplos de atividades e práticas aplicáveis em contextos educacionais

Dando sequência aos fundamentos teóricos apresentados no capítulo anterior, esta seção demonstra o processo de letramento antirracista em termos de planejamento, mediação e avaliação de práticas educativas que desconstruem narrativas racistas e produzem novos repertórios de sentido e ação. Assumimos que ensinar é um ato político (Hooks, 2020), e, portanto, o currículo precisa tornar visíveis as relações de poder que naturalizam desigualdades (Davis, 2016; Munanga, 2004) e as tecnologias biopolíticas/necropolíticas que hierarquizam vidas (Foucault, 1976; Mbembe, 2018). A proposta a seguir alinha-se, também, aos eixos práticos sistematizados por Ribeiro (2019), articulando o reconhecimento do racismo, a crítica ao mito da democracia racial, a identificação de privilégios e a valorização de epistemologias negras, sempre em chave formativa, contínua e coletiva.



2.4. O que se mobiliza por meio da sequência didática explorada?

a) Centralidade da experiência e do diálogo: o ponto de partida é a leitura crítica do mundo, convocando estudantes a nomear situações, linguagens e imagens do cotidiano que (re)produzem estigmas e exclusões. O diálogo, aqui, não é “debate de opiniões”, mas método epistemológico para explicitar lugares de fala (Ribeiro, 2017) e negociar sentidos.

b) Curadoria crítica de linguagens: considerando que o racismo opera de modo explícito e sutil (microagressões), a seleção de textos, imagens, músicas, memes, reportagens e peças audiovisuais funciona como “campo-problema” para a análise discursiva (Kilomba, 2019), a identificação de estereótipos, a checagem de premissas e a reescrita de narrativas.

c) Integração produto pedagógico-comunidade acadêmica: os produtos pedagógicos gerados pela produção de *banners*, HQs, cartilhas, campanhas etc. conectam sala de aula e vida pública, deslocando a aprendizagem para a esfera da cidadania ativa (Davis, 2016). A socialização pública dos produtos amplia o alcance formativo.

d) Mediação interseccional: a análise deve tensionar raça nas suas intersecções com gênero, classe, território e deficiência (Gonzalez, 1988; Carneiro, 2005), evitando “universalizações” que recentram a branquitude como norma.

e) Avaliação situada e formativa: a avaliação da aprendizagem se dá por meio dos produtos pedagógicos apresentados à comunidade acadêmica, nos quais são explorados os seguintes atributos: (1) rigor conceitual, (2) qualidade argumentativa, (3) sensibilidade antidiscriminatória, (4) criatividade e adequação multimodal e (5) impacto social. A avaliação acompanha processo e produto, com *feedbacks* cíclicos.

Esses princípios se materializam de forma exemplar nas cartilhas e materiais elaborados por estudantes, como nas cartilhas citadas neste *e-book*, pois eles exploram processos de microagressões, privilégio branco, representatividade, racismo recreativo, curadoria de músicas/filmes/séries e atividades lúdicas para a infância, constituindo um repertório fecundo para projetos de ensino, extensão e formação docente.



3

Educação antirracista na prática acadêmica

Capítulo 3

Educação antirracista na prática acadêmica

A discussão sobre o letramento antirracista ganha crescente relevância no campo da educação superior, sobretudo diante das demandas por equidade racial e justiça social no Brasil contemporâneo. Sua integração em currículos e projetos de pesquisa não pode ser entendida como um acréscimo pontual, mas como uma ação de inovação curricular, capaz de transformar epistemologias, metodologias e práticas pedagógicas. Nesse contexto, torna-se urgente pensar a universidade como espaço de resistência às desigualdades históricas, acolhendo narrativas e saberes produzidos por sujeitos historicamente marginalizados.

3.1. Integração do letramento antirracista em currículos e projetos de pesquisa

O conceito de letramento antirracista, conforme Ribeiro (2019) e Gomes (2022), consiste em uma prática educativa intencional que visa desnaturalizar o racismo estrutural e formar sujeitos capazes de agir criticamente diante das desigualdades. No contexto curricular, essa prática adquire centralidade, pois, como lembram Moreira e Candau (2007), a inovação curricular não se limita à inserção de novos conteúdos, mas implica a ressignificação epistemológica e metodológica dos processos de ensino-aprendizagem.

No campo da inovação curricular, Sacristán (2000) enfatiza que o currículo deve ser compreendido como um processo vivo, em constante diálogo com as transformações sociais e culturais. Isso significa que integrar o letramento antirracista não se reduz a adicionar conteúdos, mas inclui ressignificar a intencionalidade curricular, tornando-a capaz de problematizar as relações de poder e promover práticas inclusivas. Para Bento (2022), a inovação curricular pressupõe ampliar os horizontes epistemológicos e metodológicos, o que implica abrir espaço para epistemologias decoloniais que desafiem a hegemonia do pensamento ocidental.

As epistemologias decoloniais emergem como uma crítica profunda à hegemonia do pensamento moderno-ocidental, denunciando as marcas do colonialismo que permanecem nas formas de produção e validação do conhecimento. Mignolo (2003) sustenta que o projeto moderno esteve intrinsecamente ligado a uma lógica de colonialidade que instituiu hierarquias entre culturas, línguas e modos de saber, marginalizando e invisibilizando conhecimentos locais, indígenas e afrodescendentes. Nesse sentido, a decolonialidade não é apenas uma crítica,



mas também uma proposta de “desobediência epistêmica”, isto é, de ruptura com o monopólio eurocêntrico sobre o que conta como saber legítimo.

Nesse contexto, Quijano (2000) cunhou o conceito de “colonialidade do poder”, apontando como a dominação colonial extrapolou o domínio político e econômico, passando a estruturar identidades, saberes e relações sociais. A colonialidade do saber, em particular, opera como dispositivo que mantém epistemologias eurocentradas como universais e relega outros modos de conhecimento a posições de subalternidade. Assim, as epistemologias decoloniais reivindicam um giro epistêmico, em que o local e o situado se tornam centrais, abrindo espaço para a pluralidade e a interculturalidade como horizontes formativos e políticos.

Sob essa ótica, Santos (2010) propõe a ideia de “ecologia de saberes”, pela qual diferentes formas de conhecimento (científicos, populares, ancestrais, espirituais) podem dialogar em condições de horizontalidade, sem que um se imponha sobre o outro. Essa perspectiva desafia a monocultura do saber científico moderno, reconhecendo que a diversidade epistêmica é condição para a justiça cognitiva. Do mesmo modo, Walsh (2009) argumenta que a decolonialidade exige práticas pedagógicas insurgentes, que permitam aos sujeitos reconhecerem-se como produtores de saber, em um movimento de resistência e re-existência diante da imposição de paradigmas coloniais.

Nesse percurso, as epistemologias decoloniais destacam-se não apenas como um campo teórico, mas como prática política e pedagógica que articula luta social, reconhecimento cultural e produção de saberes alternativos. Elas se fundamentam na valorização da experiência histórica dos povos colonizados, na crítica às formas de exclusão impostas pela modernidade e na construção de outros horizontes de emancipação, em que múltiplos modos de conhecer e viver possam coexistir. Vide quadro com síntese a seguir.



Quadro 5. Síntese de caracterização de epistemologias decoloniais.

Características	Descrição
Crítica ao eurocentrismo	Questiona a centralidade e universalidade atribuída ao pensamento ocidental moderno como único detentor de legitimidade.
Colonialidade do poder e do saber	Reconhece que o colonialismo produziu estruturas que seguem organizando relações de dominação e marginalização do conhecimento.
Desobediência epistêmica	Propõe a ruptura com o monopólio eurocêntrico e a valorização de saberes locais e situados.
Ecologia de saberes	Defende o diálogo horizontal entre diferentes formas de conhecimento (científicos, populares, ancestrais, espirituais).
Práxis insurgente	Valoriza práticas pedagógicas e sociais que resistem e criam alternativas ao modelo colonial.
Reconhecimento da diversidade epistêmica	Enfatiza que não há um único caminho válido para a produção de saber, mas múltiplos modos de conhecer e existir.

Fonte: elaborado pelos autores.

Nesse sentido, o evento analisado evidencia essa perspectiva: ao organizar-se em três momentos (sensibilização, desconstrução e ação transformadora), promove experiências que conectam o debate acadêmico às práticas sociais. Trata-se de um currículo vivo, no sentido defendido por Sacristán (2000), em constante diálogo com as demandas sociais e comprometido com a formação cidadã.



No currículo acadêmico analisado, essa prática se deu em duas dimensões complementares – no âmbito do letramento antirracista:

1 Disciplinas específicas: voltadas às relações étnico-raciais, aos direitos humanos e ao multiculturalismo, criando espaços formais de aprofundamento teórico e crítico;

2 Transversalidade: Incorporação das discussões raciais em todas as áreas do conhecimento, de modo a evitar o confinamento do tema a campos isolados.

A Lei nº 10.639/2003 representa um marco na obrigatoriedade de inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos, mas sua efetividade no Ensino Superior depende de políticas institucionais que articulem teoria, prática e avaliação. Como destaca Gomes (2013), os currículos inovadores são aqueles que reconhecem a diversidade cultural como elemento constitutivo da formação, rompendo com a lógica monocultural e promovendo práticas interdisciplinares.

A integração do letramento antirracista aos currículos e pesquisas também pode ser analisada à luz das reflexões sobre biopoder e necropolítica. Foucault (1979) introduziu o conceito de biopoder para explicar como os Estados modernos passaram a gerir a vida, controlando corpos e populações por meio de dispositivos de saber-poder. Posteriormente, Mbembe (2018) ampliou essa análise com o conceito de necropolítica, que revela as formas como o poder soberano decide quem deve viver e quem pode morrer, instaurando regimes de violência seletiva que atingem, sobretudo, populações negras, indígenas e periféricas.

Nesse cenário, o letramento antirracista emerge como prática pedagógica contra-hegemônica, capaz de desnaturalizar as tecnologias de exclusão e questionar as políticas de morte que estruturam a sociedade. O evento, ao propor reflexão crítica, análise de discursos discriminatórios e a produção de ações educativas, insere-se como resposta formativa a esses mecanismos, capacitando os estudantes a reconhecer e enfrentar tais dinâmicas no cotidiano.

Nos projetos de pesquisa, a integração do letramento antirracista implica romper com epistemologias coloniais e valorizar saberes de sujeitos racializados. Para Bento (2022), a pesquisa deve capacitar os indivíduos a analisar criticamente relações racializadas de poder, o que envolve metodologias participativas, uso de referenciais de autores negros e indígenas e valorização de narrativas comunitárias.



Essa perspectiva exige também um reposicionamento ético das instituições acadêmicas e agências de fomento, de modo a legitimar pesquisas que problematizem desigualdades raciais. Como afirmam Silva e Oliveira (2023), tais práticas ampliam a responsabilidade social da universidade e favorecem a formação de lideranças intelectuais comprometidas com a transformação das realidades excludentes. Nesse sentido, o letramento antirracista não é apenas conteúdo ou método, mas também um paradigma científico e social, que redefine as prioridades da produção acadêmica.

A integração do letramento antirracista é, ainda, um vetor de inovação curricular. Para Moreira e Candau (2007), currículos inovadores são aqueles que não apenas transmitem conhecimentos, mas promovem interculturalidade crítica, favorecendo o diálogo entre diferentes tradições culturais e questionando hierarquias de saber. Ao inserir o letramento antirracista como eixo de inovação, rompe-se com a lógica de neutralidade aparente do currículo e cria-se espaço para uma prática pedagógica engajada e transformadora.


Dessa forma, Saviani (2008) lembra que a inovação curricular só se efetiva quando articulada ao projeto político-pedagógico da instituição, de modo a promover coerência entre objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação. Nessa perspectiva, integrar o letramento antirracista não se restringe a uma dimensão teórica, mas exige ações práticas contínuas, como eventos formativos, projetos de extensão, produção de materiais didáticos e atividades de sensibilização, todos orientados para a construção de uma cultura institucional antirracista.

Assim, integrar o letramento antirracista em currículos e projetos de pesquisa é um passo essencial para transformar a universidade em espaço democrático, inclusivo e socialmente responsável. Mais do que uma ação pontual, trata-se de um movimento de inovação curricular, que reconfigura a maneira como se ensina, se aprende e se produz conhecimento. Ao valorizar saberes plurais e questionar narrativas coloniais, a educação superior contribui não apenas para a formação de profissionais críticos, como também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3.2. Ferramentas pedagógicas para a análise crítica e a intervenção educacional

A consolidação do letramento antirracista como eixo curricular e investigativo requer a adoção de ferramentas pedagógicas que favoreçam tanto a análise crítica quanto a intervenção educacional. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que tais ferramentas não se reduzem a recursos didáticos isolados, mas constituem estratégias formativas intencionais, orientadas para a desconstrução de paradigmas coloniais e para a promoção de práticas emancipadoras.





Entre essas ferramentas destacam-se as rodas de conversa, oficinas temáticas, análises críticas de produções midiáticas, debates orientados e estudos dirigidos. Tais atividades operam como espaços de diálogo e construção coletiva do conhecimento, permitindo que os estudantes não apenas compreendam teoricamente as estruturas do racismo, como também reflitam sobre sua presença em práticas institucionais e sociais cotidianas. Como aponta Freire (2019), a educação crítica deve criar condições para que os sujeitos percebam a realidade de maneira problematizada, superando a visão ingênua e assumindo postura de intervenção transformadora.

Além disso, a produção de materiais autorais e intervenções criativas, como cartilhas, infográficos, HQs e campanhas educativas, constitui ferramenta pedagógica central. Tais recursos, desenvolvidos no “Evento de Letramento Antirracista”, extrapolam os limites da sala de aula e alcançam a comunidade acadêmica e social. Essa prática dialoga com Moreira e Candau (2007), que defendem currículos inovadores como aqueles capazes de articular conhecimento escolar e realidade social, promovendo interculturalidade crítica. Assim, as ferramentas pedagógicas assumem papel duplo: de um lado, aprofundam a análise crítica; de outro, possibilitam a ação transformadora em espaços institucionais e comunitários.

Quadro 6. Ferramentas pedagógicas para o letramento antirracista.

Ferramenta pedagógica	Objetivo principal	Produto/Resultado esperado
Rodas de conversa e círculos de diálogo	Promover escuta ativa, partilha de experiências e empatia entre os participantes.	Reflexões coletivas, fortalecimento da consciência crítica e vínculos de pertencimento.
Estudos dirigidos de textos e artigos	Fornecer base teórica crítica (autores negros, indígenas e decoloniais).	Resenhas, fichamentos, ensaios e debates fundamentados.
Análise crítica de mídias e materiais culturais	Identificar estereótipos e discursos racistas naturalizados em mídias e culturas.	Relatórios analíticos, discussões em grupo e propostas de releitura crítica.
Debates mediados com questões norteadoras	Estimular a argumentação crítica e confrontar perspectivas diversas.	Sínteses coletivas e posicionamentos éticos construídos em grupo.
Diários reflexivos ou portfólios de aprendizagem	Estimular a autorreflexão e o registro do percurso formativo.	Produção individual de diários, narrativas reflexivas e autoavaliações críticas.
Produção de materiais autorais (cartilhas, HQs, infográficos, <i>banners</i>)	Traduzir conhecimentos em recursos educativos acessíveis e criativos.	Materiais pedagógicos de circulação acadêmica e comunitária.
Campanhas de sensibilização (digitais e presenciais)	Disseminar mensagens antirracistas em diferentes públicos.	Campanhas visuais, <i>podcasts</i> , vídeos e ações comunitárias.
Projetos de extensão	Articular universidade e comunidade no combate ao racismo.	Oficinas, intervenções locais e parcerias institucionais.
Seminários e feiras acadêmicas	Socializar resultados e valorizar o protagonismo discente.	Apresentações públicas, exposições e eventos formativos.
Teatro, dramatizações e metodologias ativas	Vivenciar situações de discriminação e explorar formas de enfrentamento.	Encenações, estudos de caso e discussões coletivas.
Uso de tecnologias digitais e plataformas colaborativas	Ampliar o alcance das práticas educativas por meio das mídias.	<i>Podcasts</i> , <i>blogs</i> , <i>reels</i> , vídeos e publicações interativas.

Fonte: elaborado pelos autores.



A integração do letramento antirracista e das práticas inovadoras em currículos e projetos de pesquisa não ocorre sem tensões. Um dos principais desafios é a resistência institucional, muitas vezes vinculada a estruturas curriculares rígidas e a tradições pedagógicas que reproduzem epistemologias eurocêntricas. Como observa Sacristán (2000), toda proposta de inovação curricular implica enfrentar disputas de poder, já que o currículo é expressão de escolhas políticas e culturais.

Outro desafio reside na formação docente, pois muitos professores não tiveram, ao longo de sua trajetória acadêmica, contato consistente com perspectivas antirracistas e decoloniais. Essa lacuna dificulta a efetivação de práticas pedagógicas críticas e demanda investimentos em formação continuada. Além disso, há a necessidade de condições institucionais adequadas, como apoio administrativo, incentivo à pesquisa e valorização de projetos de extensão, para que o letramento antirracista se torne efetivamente parte da cultura organizacional.

Entretanto, os desafios se convertem também em possibilidades. O evento realizado no Centro Universitário São Camilo demonstra que, quando há intencionalidade pedagógica e protagonismo discente, é possível criar espaços formativos de grande impacto, reorganizando currículos inovadores e conectados com as necessidades sociais contemporâneas. A presença de práticas avaliativas integradas, que valorizam o percurso reflexivo e a produção autoral dos estudantes, fortalece o papel do letramento antirracista como dispositivo de inovação curricular.

Por outro lado, a perspectiva institucional se amplia quando tais iniciativas passam a influenciar projetos de pesquisa, políticas de extensão e ações comunitárias, criando redes de diálogo que extrapolam o espaço acadêmico. Como enfatiza Mbembe (2018), enfrentar as lógicas necropolíticas exige a produção de alternativas coletivas de resistência; nesse sentido, a universidade pode e deve assumir protagonismo na construção de práticas educativas que tensionem as estruturas excludentes e promovam justiça social.

Assim, os desafios não devem ser compreendidos como barreiras intransponíveis, mas como pontos de inflexão que revelam a necessidade de repensar a universidade em suas dimensões pedagógica, científica e social. O caminho da transformação institucional passa, portanto, pela consolidação do letramento antirracista como eixo transversal, pela formação docente crítica e pelo reconhecimento da diversidade como princípio estruturante da vida acadêmica.



4. Exemplos de iniciativas e projetos externos para a promoção da equidade racial

No Brasil, diversas universidades têm desenvolvido iniciativas acadêmicas voltadas ao letramento antirracista, articulando ensino, pesquisa e extensão. Esses programas se diferenciam pelo modo como promovem a equidade racial dentro e fora da universidade, sistematizando práticas que dialogam com a comunidade e produzem resultados concretos.

a) NEABIs — Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), presentes em diversas universidades brasileiras, surgem como espaços institucionais de valorização da diversidade étnico-racial e de enfrentamento ao racismo estrutural. Criados a partir das demandas sociais e acadêmicas para efetivar a Lei nº 10.639/2003, os NEABIs articulam ensino, pesquisa e extensão, promovendo debates sobre história e cultura afro-brasileira e indígena. Esses núcleos assumem papel fundamental ao aproximar a universidade das comunidades e movimentos sociais, produzindo conhecimento situado e metodologias de formação docente comprometidas com a transformação social.

Objetivo: fortalecer a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, promovendo a implementação da Lei nº 10.639/2003 e a formação crítica de professores e estudantes.

Metodologia: os NEABIs atuam por meio de oficinas, cursos de formação docente, seminários e atividades culturais, sempre em diálogo com a comunidade acadêmica e os movimentos sociais. Sua metodologia privilegia a práxis freireana ao articular teoria e prática na construção de uma consciência crítica sobre o racismo estrutural.

Produtos/Resultados: entre os resultados destacam-se a produção de cartilhas pedagógicas, a realização de eventos acadêmicos de referência e a consolidação de espaços institucionais permanentes para a educação antirracista.

b) Pós-Afro — Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA)

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), conhecido como Pós-Afro, constitui-se como referência acadêmica na América Latina. Voltado à formação de pesquisadores e docentes, o programa concentra-se na análise crítica das relações étnico-raciais, da diáspora africana e das epistemologias decoloniais. Com uma trajetória consolidada em pesquisas de impacto, o Pós-Afro promove uma produção científica que ultrapassa os limites da universidade, influenciando políticas públicas e consolidando a UFBA como centro de excelência no campo dos estudos étnico-raciais.

Objetivo: formar pesquisadores e docentes qualificados para investigar as questões raciais no Brasil e na diáspora africana, produzindo conhecimento crítico e inovador.

Metodologia: a atuação do Pós-Afro baseia-se em pesquisas avançadas de mestrado e doutorado, organizadas em linhas temáticas sobre epistemologias decoloniais, políticas públicas e culturas negras. É complementada por congressos, seminários e redes internacionais de pesquisa.

Produtos/Resultados: o programa é reconhecido por publicações acadêmicas de grande impacto, pela formação de intelectuais negros e indígenas e por sua contribuição à formulação de políticas públicas voltadas à equidade racial.



c) UNILAB — Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sediada no Ceará e na Bahia, nasceu com a missão de aproximar o Brasil dos países africanos de língua portuguesa. Seu projeto pedagógico inovador integra ensino, pesquisa e extensão a partir de uma perspectiva intercultural, reunindo estudantes brasileiros e africanos em um mesmo espaço formativo. Ao valorizar culturas afro-latinas e africanas, a UNILAB fortalece práticas de letramento antirracista e amplia a circulação de saberes plurais, tornando-se um exemplo de universidade comprometida com a internacionalização crítica e solidária.

Objetivo: promover a integração acadêmica entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa, construindo uma experiência universitária intercultural crítica.

Metodologia: é estruturada na diversidade de corpos e saberes, reunindo estudantes africanos e brasileiros em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Destacam-se atividades de extensão em escolas, oficinas culturais e produção de materiais didáticos sobre história e culturas afro-latinas.

Produtos/Resultados: a UNILAB tem contribuído para a produção de cartilhas e e-books interculturais, além de realizar eventos acadêmicos e culturais que aproximam África e Brasil, constituindo-se como espaço de valorização da diáspora africana.

d) UNIAFRO — Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Universidades (CAPES/MEC)

O programa UNIAFRO, fomentado pela CAPES/MEC, foi criado com o intuito de apoiar ações afirmativas voltadas à população negra no Ensino Superior. Sua principal marca é o incentivo à implementação da Lei nº 10.639/2003, financiando projetos de ensino, pesquisa e extensão em diversas universidades brasileiras. Por meio da formação docente, da elaboração de materiais didáticos e da promoção de cursos especializados, o UNIAFRO contribuiu para consolidar metodologias pedagógicas antirracistas, configurando-se como um dos mais importantes programas nacionais de incentivo ao letramento antirracista.

Objetivo: apoiar projetos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão voltados ao fortalecimento do letramento antirracista e à implementação da Lei nº 10.639/2003.

Metodologia: financiado por editais públicos, o programa possibilitou que universidades criassem cursos de formação de professores, oficinas pedagógicas e materiais didáticos específicos sobre a história e cultura afro-brasileira.

Produtos/Resultados: gerou significativa produção acadêmica, como manuais, cartilhas e publicações, além de consolidar práticas de ensino antirracista em cursos de licenciatura, ampliando o alcance da legislação educacional.



e) Observatórios de Educação para Relações Étnico-Raciais (UNICAMP/UFRB)

Os Observatórios de Educação para Relações Étnico-Raciais, vinculados a universidades como UNICAMP e UFRB, têm como foco o acompanhamento e a avaliação da implementação da Lei nº 10.639/2003 em escolas e instituições de Ensino Superior. Esses observatórios atuam como espaços de produção de diagnósticos, formação docente e desenvolvimento de metodologias pedagógicas voltadas à educação antirracista. Sua relevância reside na capacidade de unir pesquisa acadêmica com práticas educativas, fornecendo dados e materiais de apoio que subsidiam políticas públicas e fortalecem o letramento antirracista.

Objetivo: acompanhar a implementação da Lei nº 10.639/2003 e avaliar as práticas pedagógicas que promovem o letramento antirracista.

Metodologia: os observatórios atuam com pesquisas aplicadas, cursos de formação de professores e produção de relatórios e cartilhas. A metodologia envolve estudos de caso em escolas, análise de práticas docentes e proposição de estratégias pedagógicas inclusivas.

Produtos/Resultados: entre os principais resultados estão diagnósticos sobre os desafios da implementação da lei, materiais formativos para educadores e a criação de redes de apoio acadêmico para a promoção da educação antirracista.

f) Núcleo Afro (UFRGS)

O Núcleo Afro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um espaço acadêmico voltado à valorização das epistemologias negras e ao combate ao racismo em diferentes esferas sociais. Seu trabalho combina ensino, pesquisa e extensão, com forte ênfase em ações junto a escolas públicas, quilombos e coletivos culturais. Por meio de exposições culturais, debates, oficinas e publicações, o Núcleo Afro promove um processo de letramento antirracista que articula produção acadêmica e práticas comunitárias, consolidando a UFRGS como polo de referência no Sul do Brasil.

Objetivo: desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à valorização das epistemologias negras e ao enfrentamento do racismo no Sul do Brasil.

Metodologia: o Núcleo Afro articula projetos de extensão em escolas públicas, quilombos e coletivos comunitários, além de promover debates acadêmicos, exposições culturais e oficinas educativas.

Produtos/Resultados: suas principais entregas incluem exposições de arte negra, publicações de cadernos de extensão e a formação de professores e estudantes em práticas antirracistas, consolidando-se como centro de referência regional.

Em conjunto, esses programas evidenciam que o letramento antirracista, no contexto das universidades brasileiras, não se restringe ao campo da teoria, mas se concretiza em metodologias participativas, materiais pedagógicos replicáveis e práticas extensionistas que aproximam academia e sociedade. Seus resultados reforçam o compromisso das instituições de Ensino Superior com a transformação social, contribuindo para a superação do racismo estrutural e para a formação de sujeitos críticos.



Considerações finais

O percurso metodológico apresentado neste *e-book* permite afirmar que o letramento antirracista se configura como um compromisso ético, político e pedagógico que ultrapassa o âmbito da sala de aula, alcançando a universidade e a sociedade em geral. Mais do que uma abordagem temática, trata-se de uma proposta formativa que articula teoria e prática, reconhecendo que o racismo, em suas dimensões estrutural, institucional, cultural e subjetiva, constitui um obstáculo persistente à construção de sociedades verdadeiramente democráticas e plurais. Ao longo dos capítulos, foi possível observar como a educação, concebida como prática da liberdade, assume papel central no enfrentamento dessas desigualdades, tornando-se o espaço privilegiado para o desenvolvimento de consciência crítica, valorização da diversidade e mobilização para a transformação social.

A estrutura adotada (organizada em três movimentos articulados: sensibilização, desconstrução e ação transformadora) revela-se como estratégia metodológica potente, capaz de favorecer o engajamento discente e docente em um processo contínuo de aprendizado. A sensibilização mobiliza memórias, afetos e experiências individuais, permitindo o reconhecimento das marcas do racismo no cotidiano. A desconstrução, por sua vez, propõe a revisão crítica de narrativas, estereótipos e representações, questionando discursos hegemônicos e valorizando epistemologias plurais, especialmente as de matriz afro-latina, indígena e decolonial. Já a ação transformadora busca consolidar esses aprendizados em práticas concretas de intervenção educativa, conectando os saberes acadêmicos à vida comunitária e reforçando o protagonismo estudantil como elemento essencial da pedagogia crítica.

Outro aspecto relevante desta publicação está na valorização das cartilhas educativas como instrumentos didáticos centrais para o processo formativo. Sua escolha demonstra a preocupação em traduzir conceitos complexos em linguagens acessíveis e aplicáveis em diferentes contextos. As cartilhas cumprem a função de multiplicadoras do conhecimento, permitindo que os aprendizados acadêmicos alcancem escolas, comunidades e espaços sociais diversos. Ao abordar temas como privilégio branco, microagressões, racismo no futebol, representações midiáticas, identidade e música, os materiais pedagógicos elaborados pelos estudantes não apenas ampliam o alcance das reflexões, como também se tornam recursos práticos para o enfrentamento cotidiano do racismo.

É importante ressaltar que este material também se inscreve no campo das epistemologias decoloniais, ao propor uma ruptura com a hegemonia eurocêntrica e ao reivindicar uma ecologia de saberes que reconheça a legitimidade de múltiplos modos de conhecer e existir. Ao mobilizar autoras e autores como Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Achille Mbembe e Boaventura de Sousa Santos, o texto mostra que o letramento antirracista só pode ser efetivado quando se reconhecem as vozes historicamente silenciadas e se legitima a produção de conhecimento dos sujeitos racializados. Nessa direção, o *e-book* reafirma que a universidade tem papel crucial na promoção de justiça epistêmica, ao abrir espaço para epistemologias outras, insurgentes e transformadoras.



As experiências relatadas, especialmente o “Evento de Letramento Antirracista” realizado no Centro Universitário São Camilo, revelam que é possível construir práticas educativas que vão além da transmissão de conteúdos, promovendo aprendizagens integrais e situadas. Os produtos pedagógicos elaborados pelos estudantes (*banners*, HQs, exposições, campanhas e cartilhas) exemplificam como a ação educativa pode se materializar em intervenções concretas, criativas e socialmente engajadas. A socialização desses trabalhos em espaços institucionais reforça a ideia de que o conhecimento produzido na universidade não deve ficar restrito aos muros acadêmicos, e de que, sim, precisa circular e dialogar com a sociedade.

Por fim, pode-se afirmar que esta publicação constitui não apenas um registro de práticas, como também um convite ao engajamento. Convoca-se educadores, estudantes e gestores a assumirem o letramento antirracista como princípio norteador de currículos, projetos de pesquisa e políticas institucionais. Ao fazê-lo, contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel social e capazes de intervir de modo ético e transformador nas realidades em que estão inseridos. O letramento antirracista, nesse sentido, não é um fim em si mesmo, mas um processo contínuo de reflexão, resistência e reconstrução. Ele exige coragem para confrontar privilégios, disposição para ouvir vozes silenciadas e compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural.

Conclui-se, portanto, que os caminhos aqui apresentados reafirmam a centralidade da educação como instrumento de mudança social e como campo de disputa simbólica e política. O letramento antirracista, enquanto projeto pedagógico e social, não se limita a denunciar as desigualdades, mas oferece práticas concretas para transformá-las. Assim, é possível constatar que, ao unir teoria, prática e engajamento coletivo, é possível ampliar horizontes de emancipação e reafirmar a centralidade da vida, da dignidade e da diversidade como princípios inegociáveis da formação humana.



Sobre os autores

Rodrigo Leite da Silva

Doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP, atua nas áreas de linguística textual-discursiva, gêneros textuais, argumentação e letramento crítico. É professor das disciplinas “Linguagem, comunicação e produção de textos” e “Organização e educação social”, com foco em práticas pedagógicas inclusivas e reflexivas.

Sonia Maria Soares Rodrigues Pereira

Mestre em Comunicação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com ampla formação em Ciências Sociais, História e Psicopedagogia. Docente no Centro Universitário São Camilo, atua nos cursos de Nutrição, Psicologia e Fisioterapia, além de participar do Núcleo de Direitos Humanos e do grupo focal antirracista, com ênfase em multiculturalismo, diversidade, direitos humanos e aprendizagem colaborativa em equipes.





Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Racismo estrutural e a educação brasileira**. São Paulo: Pólen, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

_____. **Escrevivências e outros ensaios de Sueli Carneiro**. Organização de Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por educação**. 2ª ed. ampl. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2022.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Patrícia Rocha. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, n. 92/93, 1988.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.





MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/designs globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, cultura e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107-130.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, João; OLIVEIRA, Maria. Letramento antirracista e responsabilidade social da universidade. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, v. 28, n. 2, p. 45-62, 2023.

SOUZA, Neusa Souza. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, descolonialidade e educação. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 45-66, jan./abr. 2009





CENTRO UNIVERSITÁRIO
SÃO CAMILO